



Psicología, Conocimiento y Sociedad
ISSN: 1688-7026
revista@psico.edu.uy
Universidad de la República
Uruguay

Baum, Carlos; Maraschin, Cleci; Markuart, Erika Neres
Política ontológica como abordagem para as relações intercientíficas
Psicología, Conocimiento y Sociedad, vol. 9, núm. 2, 2019, Noviembre, pp. 8-30
Universidad de la República
Uruguay

DOI: <https://doi.org/10.26864/PCS.v9.n2.1>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475861379002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Política ontológica como abordagem para as relações intercientíficas

Política ontológica como enfoque para las relaciones intercientíficas

Ontological politics as an approach to inter-scientific relations

Carlos Baum

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cleci Maraschin

ORCID ID: 0000-0002-0117-6062

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Erika Neres Markuart

ORCID ID: 0000-0002-6230-5657

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Autor referente: cleci.maraschin@gmail.com

Historia editorial

Recibido: 24/06/2019

Aceptado: 25/09/2019

RESUMO

Narrativas explicativas sobre o cérebro ganham espaço em nosso coletivo. Tal expansão tem levado a um questionamento sobre o lugar da psicologia entre as ciências da cognição e sua relação com os dados neurocientíficos. Quando consideramos a literatura a respeito da relação intercientífica nas ciências cognitivas, percebemos que a questão é abordada em termos de redução de teorias de nível superior a teorias de nível inferior. Inspirados por Mol (1999) adotamos o conceito de política ontológica e o

relacionamos com outros conceitos dos Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade a fim de constituir uma ferramenta conceitual que nos permita refletir sobre a relação intercientífica sem a necessidade de redução entre teorias. A partir dessa proposta, buscamos comparar conjuntos específicos de sujeitos, instrumentos e instituições que performam a mente, ressaltando como nossas práticas moldam e configuram nossa cognição de maneiras variadas.

Palavras-chave: Cognição; política ontológica; psicologia; relações intercientíficas

RESUMEN

Narrativas explicativas sobre el cerebro ganan más espacio en nuestro colectivo. Tal expansión ha llevado a cuestionar el lugar de la psicología en las ciencias de la cognición y su relación con los datos de la neurociencia. Cuando consideramos la literatura acerca de la relación intercientífica en las ciencias cognitivas, percibimos que la cuestión se aborda en términos de reducción de teorías de nivel superior a teorías de nivel inferior. Inspirados por Mol (1999) adoptamos el concepto de política ontológica y lo

relacionamos con otros conceptos de los Estudios de Ciencia, Tecnología y Sociedad a fin de constituir una herramienta conceptual que nos permita reflexionar sobre la relación intercientífica sin la necesidad de reducción entre teorías. A partir de esta propuesta, buscamos comparar conjuntos específicos de sujetos, instrumentos e instituciones que desempeñan la mente, resaltando como nuestras prácticas moldean y configuran nuestra cognición de maneras variadas.

Palabras clave: Cognición; política ontológica; psicología; relaciones intercientíficas

ABSTRACT

Narratives about the brain gain more space in our collective. This expansion has led to a questioning of the place of psychology between the sciences of cognition and its relation to neuroscience data. When we consider the literature about inter-scientific relations in the cognitive sciences, we see that the issue is approached in terms of reduction of theories of higher level to lower-level theories. Inspired by Mol (1999) we adopt the concept of

ontological politics and the relationships with other concepts of Science, Technology and Society Studies in order to provide a conceptual tool that allows us to reflect on the inter-scientific relation without the need for reduction between theories. From this proposal, we seek to compare specific sets of subjects, instruments and institutions that perform the mind, emphasizing how our practices shape and configure our cognition in varied ways.

Keywords: Cognition; ontological politics; Psychology; inter-scientific relations

As primeiras páginas do Manual de Psicologia Cognitiva de Sternberg (2008) trazem uma definição da disciplina: “psicologia cognitiva é o estudo de como as pessoas percebem, aprendem, lembram-se de algo e pensam sobre as informações” (p. 19). Para descrever seu surgimento o autor nos remete à insatisfação de Lashley

às explicações behavioristas de atividades complexas como, por exemplo, as apresentações musicais. No parágrafo seguinte apresenta Donald Hebb e sua teoria das estruturas neurais coordenadas, que se desenvolvem por meio de estimulação e formariam a base da aprendizagem. Logo após é a vez de Noam Chomsky e seu dispositivo de aquisição da linguagem. Uma capacidade inata que todo o bebê possui para inferir a gramática de seu ambiente linguístico, limitando ativamente o número de construções gramaticais possíveis. Logo abaixo, apresenta a invenção da inteligência artificial e dos computadores capazes de demonstrar processamento inteligente de informação ao serem capazes de jogar xadrez.

Em cerca de duas páginas a cognição é descrita como memória, estruturas neuronais, atividades complexas, capacidade de aquisição de linguagem e percepção. Somos levados da estrutura do cérebro para a estrutura da mente e desta ao programa de computador. Linguistas, psicólogos, matemáticos e economistas são chamados a dar testemunho do nascimento desse novo objeto, a cognição, que poderia operar em máquinas e em humanos, indistintamente. O conhecimento sobre a cognição poderia explicar o mais variado tipo de atividade ou fenômeno, como a solução de problemas, as imagens mentais, a aprendizagem da linguagem ou a criatividade.

Como transitamos entre eventos tão distintos que operam em materialidades tão variadas? O próprio Sternberg (2008) sugere uma resposta ao afirmar que cada método de pesquisa nos permite determinar um aspecto da cognição. Ao tratar a pergunta como um problema de perspectiva, a questão torna-se descrever o que o objeto realmente é com base em informações sempre incompletas em cada metodologia disponível. Podemos descrever essa abordagem como epistemológica (Law & Singleton, 2005; Mol, 2002). Nessa abordagem o objeto significa coisas diferentes para grupos diferentes e a cognição é tratada a partir de uma realidade única que torna possível negociar e assegurar transações entre diferentes grupos profissionais.

Queremos propor uma abordagem que se afasta das múltiplas interpretações da cognição para pensá-la como múltipla em si mesma. Tal como sugere Mol (2002), é preciso abster-se de compreender os objetos (em nosso caso, a cognição) como ponto central da perspectiva de diferentes pessoas, para descrevê-los como aquilo que é manipulado por práticas. “If instead of bracketing the practices in which objects are handled we foreground them – this has far-reaching effects. Reality multiplies” (p. 5).

A cognição é performada, trazida à existência, nas práticas de conhecê-la. Ela não é mais um objeto passivo à espera de ser percebida do ponto de vista de uma aparentemente infindável série de perspectivas. Ao contrário, os objetos passam a existir (ou deixar de existir) nas práticas através das quais são manipulados. Com isso, as narrativas e a realidade dos objetos são produzidas conjuntamente. Consequentemente, é preciso compreender ontologicamente a diferença entre atividades complexas, simulações de computador e estruturas neurais coordenadas. Não se tratam de diferentes pontos de vista sobre um objeto único, mas da constituição [*enactment*] de diferentes objetos em diferentes conjuntos de relações e contextos de prática. A cognição é múltipla porque é performada por diferentes práticas. Adotamos o conceito de política ontológica como modos de referir e contrastar agenciamentos específicos de sujeitos, técnicas, instrumentos e instituições que performam a cognição. Destacando a forma como nossas práticas configuram nossa cognição podemos indagar como relacionamos várias versões da cognição? E como podemos discutir suas diferenças? Historicamente, a pluralidade de métodos e abordagens nas ciências cognitivas alterna-se entre aqueles que favorecem a proliferação de abordagens teóricas e empíricas e aqueles que buscam ativamente a síntese e a integração de explicações (Bigo & Negru, 2008). A partir do conceito de política ontológica, construímos um modo de explorar a diversidade de abordagens da cognição ao mesmo tempo evitando a integração (a unificação de múltiplas versões em uma única teoria, ou em um único quadro) e a fragmentação, que levaria o

relativismo ao seu limite e assumiria que cada ciência cognitiva é isolada e sem possibilidade de comunicação com as outras; deixando-nos, ao final, sem capacidade de compreender e avaliar suas diferenças.

Enquanto disciplinas como psicologia, ciências da computação, linguística e neurociências compartilham objetivos gerais e pontos de interesse, cada uma delas aborda diferentes objetivos específicos através de diferentes questões, métodos e instrumentos (Baum, 2016). Seguindo Mol (2002), sugerimos que esses objetos, como a memória, a atenção, a tomada de decisão e a percepção, sejam performados nas técnicas que os tornem visíveis, audíveis e compreensíveis.

Em outras palavras, os atores não são os mesmos em uma situação e outra. Em vez disso, se transformam quando se movem de uma prática à outra. Os atores encontram-se em versões diferentes, porém relacionadas, e as práticas se desenvolvem por meio das relações transformacionais dos atores. Portanto, simulações de computador, experiências de laboratório, autópsia para estudo de cérebros e artigos científicos são diferentes performances da cognição. Diferentes palcos nos quais a memória, a atenção e outros objetos cognitivos podem ser atuados. Em uma investigação de Teoria Ator-Rede clássica nós estaríamos interessados em como certos grupos esforçam-se para adquirir o monopólio da “definição” desses objetos. Contudo, Gad e Jensen (2010) salientam que a abordagem desenvolvida por Mol desloca o foco de nossa atenção. Nossos esforços se voltam para destacar as formas práticas e locais através das quais diferentes atores com objetivos diferentes modulam esses objetos. Assim, cada prática tem como efeito uma versão diferente, uma ontologia diferente. A variedade de métodos empregados pelos cientistas cognitivos multiplica as ontologias, as realidades, da cognição.

Este artigo busca prolongar o argumento propondo um caminho que aproxima essa diversidade de versões para discutir e refletir sobre essa variedade. Ou seja, como nos relacionamos com variadas versões dos objetos cognitivos? E como podemos discutir

essas diferenças? Como mencionado, procuramos uma maneira de explorar a diversidade enquanto, simultaneamente, evitamos a integração (a unificação de múltiplas versões em uma única teoria ou linha de trabalho).

É nossa intenção seguir Mol (2002) em seu entendimento de que esses objetos são múltiplos, mas não plurais. Eles são “mais de um e menos do que muitos” (p. 82); cada versão não é uma face alternativa ou subjacente do mesmo objeto dito real, ao qual não temos acesso direto; nem são uma fração, uma parte menor, de uma unidade perdida ou uma parte de um todo que se desfez e do qual lamentamos sua cessão. Entre essas versões só é possível estabelecer conexões parciais, o que significa que uma pode modular e informar a outra, permanecendo diferente (Mol, 1999). Existe assim uma tensão entre as múltiplas versões da cognição. Elas estão relacionadas, mas não em todos os pontos ou em todas as dimensões. É relevante ressaltar que essas conexões não existem por si mesmas ou no próprio objeto, mas passam a existir através do ato de comparação. Diferentemente das controvérsias – que Latour (2005) nos ensinou a seguir e reabrir –, as divergências ou variações criadas por comparação não estão lá fora, na natureza ou no laboratório, para serem seguidas ou encontradas, tampouco buscam um encerramento. Adotamos o conceito de política ontológica como uma forma de referirmos e compararmos conjuntos específicos de sujeitos, técnicas, instrumentos e instituições que performam a mente, ressaltando como nossas práticas moldam e configuram nossa cognição de várias maneiras. A articulação entre política e ontologia implica para Mol (1999) que a realidade não precede as práticas, antes é modelada por elas.

Se assumirmos que nenhuma demarcação transcendental pode ser estabelecida – todos os métodos e teorias são performances e, portanto, todos eles produzem realidades –, o que nos resta é a possibilidade de discutir sobre os termos dessa coexistência. Recorremos ao termo política para enfatizar a necessidade de uma discussão sobre como essas diferentes versões da cognição podem agir

conjuntamente sem descartar umas às outras. A política ontológica poderia ser descrita como uma orientação pluralista, favorável à coexistência de uma variedade de explicações, suposições, métodos, metodologias, abordagens, teorias. Como tal, incorpora a ausência de uma rejeição a priori de ideias teóricas ou metodológicas.

A discussão corrente sobre o pluralismo aparece nos debates sobre a unidade da ciência. Nas ciências da mente, filósofos e cientistas abordaram principalmente (embora não exclusivamente) a redução das teorias de nível superior a teorias de nível inferior (Bechtel, 1988; Faucher, 2012; Nagel, 1961).

Embora o pluralismo complique – e multiplique – nossa compreensão das relações entre teorias, ele insiste em um tipo de esquema normativo como forma de criar ordem entre essas disciplinas. Este esquema pode aparecer como uma tipologia das relações interteóricas (Faucher, 2012), como um objetivo comum, por exemplo, para promover o progresso na compreensão (Bigo & Negru, 2008) ou como uma organização metateórica, um tema unificador ou como a espinha dorsal para todas as várias teorias sobre a relação entre o cérebro e a mente (Hunt, 1999; Edelman, 2008).

Por mais que a unificação ontológica seja um objetivo, ela é apenas um entre muitos possíveis. Com a política ontológica, queremos propor que a preocupação por múltiplos objetivos é considerada e a discussão e o confronto são mais relevantes do que consenso – o consenso em si não sendo um objetivo. Na próxima seção exploraremos a relação entre a redução interteórica e a redução metacientífica como proposto por John Bickle (2008, 2012). Para ele: “Um reducionismo metacientífico derivado de suas práticas deve pôr fim à farta preocupação de que o reducionismo descarta ciências de nível superior” (2012, p. 104) [tradução nossa]. Bickle assume que é necessária uma abordagem plural da cognição, mas o objetivo final é o desenvolvimento do menor nível de explicação possível, não deixando espaço para discussão, para uma abordagem política. Mais adiante, expandimos o conceito de política ontológica de três maneiras: a) explicando o significado de ‘política’ e suas

implicações; b) estendendo essa reflexão a outros atores, como instrumentos, sujeitos e modos de representação; c) trazendo outras práticas cognitivas além da psicologia, especialmente as da neurociência, para discussão.

Das reduções para o pluralismo como política

A redução teórica é descrita por Bechtel (1988) como um dos últimos legados do positivismo lógico, e sua forma contemporânea pode ser rastreada até Ernest Nagel (1961). No modelo de Nagel, a redução ocorre quando as leis experimentais e o corpo teórico de uma ciência secundária são efetivamente demonstrados como consequências dos pressupostos teóricos de uma ciência primária. Uma vez que os positivistas tratavam as teorias como estruturas linguísticas, em que as leis axiomáticas deveriam estar logicamente relacionadas para obter explicações por meio da dedução, o mesmo valeria para as relações científicas: a Teoria 1 (T1) é redutível a uma Teoria 2 (T2) se e somente se T1 é derivável de T2. Neste caso, os fatos ou eventos que foram explicados por T1 são agora explicados por T2. Neste modelo, a tarefa da redução é mostrar como uma descrição de nível superior – por exemplo, comportamento de tomada de decisão ou biologia celular – pode estar logicamente relacionada com teorias de nível inferior – neurofisiologia ou bioquímica. Uma das principais características do modelo de redução de Nagel é a noção de princípios de ponte (ou leis de ponte). Considerando que teorias de nível superior e de nível inferior usam terminologias diferentes para descrever seus objetos, antes que uma relação lógica possa ser estabelecida entre ambas, é essencial conectar as terminologias. Isso requer construir regras de correspondência que estabeleçam conexões entre termos característicos de T1 e certos termos ou expressões correspondentes a T2. As regras seriam semelhantes a um manual de tradução para converter a linguagem escrita de uma teoria em afirmações da outra (Araújo, 2011; Bechtel, 1988). A redução, portanto, é uma relação lógica entre afirmações entre diferentes teorias – e não entre entidades,

fenômenos ou propriedades específicas. O objetivo ideal é a unificação explicativa e, geralmente, o resultado da operação é a construção de uma teoria maior, capaz de explicar um maior número de casos. O número de entidades necessárias para deduzir logicamente explicações é diminuído no processo. Isso frequentemente ocorre no caso da cognição, onde os estados mentais são afirmados como idênticos aos eventos cerebrais. Esse postulado provoca a busca de correlatos neurais de estados mentais e a esperança reducionista de que a neurociência nos forneça uma taxonomia que poderia estar logicamente relacionada à taxonomia dos estados mentais. Este é o caso da versão mais difundida da redução teórica entre cientistas cognitivos, o Materialismo Eliminativo (ME) proposto por Churchland & Churchland (1992). Os materialistas eliminativos insistem que nossas explicações causais para o comportamento em termos de conteúdos mentais, como crenças, percepções, esperanças, intenções de desejos e coisas semelhantes, serão substituídas por explicações neurocientíficas. Assim, para Bickle (2012), em vez de crenças, desejos, percepções, intenções, desejos e afins, há apenas os estados cerebrais e dinâmicas sendo desvendados pela neurociência.

Essa versão do modelo de redução não recorre ao princípio ponte nem promove a fusão de duas teorias, mas sugere que dentro de T2 (no caso, a neurociência) – usando apenas suas leis, propriedades e elementos – uma teoria análoga é construída. Durante a década de 1990, a eliminação da psicologia parecia menos provável pela importância assumida pela consciência como objeto de estudo. No entanto, recentemente, propostas reducionistas têm tido um certo retorno em uma instância filosófica que John Bickle (2008, 2012) chama “Redução Metacientífica”. Em vez de apelar para a estrutura e/ou relação entre as teorias, Bickle defende uma filosofia de “baixo para cima” que tenta compreender a redução como emergente da prática científica. Ele propõe que deixemos de lado os pressupostos epistemológicos ou metafísicos e voltemos nossa atenção para como a redução é concebida na prática

científica real. A estratégia de Bickle é selecionar um campo de investigação em que os cientistas seriam caracterizados como reducionistas e então comparar sua prática com outros campos científicos que investigam fenômenos relacionados menos reducionistas.

Seu exemplo é a Cognição Molecular e Celular (CMC), que se concentra em como processos moleculares, intracelulares e intercelulares modulam a cognição. Como Bickle (2008) aponta, o campo em si é brutalmente reducionista, estabelecendo relações causais entre moléculas, como proteínas responsáveis por atividades em células nervosas, e fenômenos cognitivos, como a percepção e a aquisição de memória de longo prazo. O que significa redução em um campo em que o principal objetivo é a redução da via mental para a via molecular? Quais são as práticas específicas e abordagens experimentais que distinguem CMC de campos menos reducionistas? Bickle descreve quatro operações existentes como um tipo de experimento ou análise de resultados na CMC que caracterizam a redução real: a) manipulação positiva ou negativa da causa ou mecanismo; b) medidas de correlação sem intervenção; c) integração, o exame dos resultados de uma série de experimentos sobre o mecanismo e d) o efeito, e sobre os fenômenos relacionados às operações anteriores 1 e 2 para inferir as estruturas causais entre os fenômenos estudados nesses experimentos.

Assim, o autor extrai desses princípios um entendimento de redução que, ao contrário da redução interteórica clássica, não constitui uma relação entre teorias, pois não requer um conjunto explícito ou completo de leis ou declarações explicativas que caracterizem a redução ou elementos reduzidos em todas as circunstâncias e contextos. Redução real consiste na operacionalização metodológica em termos de medição em protocolos de comportamento específicos para fins de experiências controladas. Em outras palavras, em vez de derivações lógicas ou a generalização de explicações, a prática neurocientífica genuinamente reducionista produz uma

intervenção de modo causal, atuando diretamente em processos hipotéticos em níveis cada vez mais baixos de organização biológica (celular, intracelular molecular, genética molecular). Nessa abordagem, uma redução acontece quando essas manipulações produzem alterações negativas ou positivas evidenciando a relação da molécula ou o mecanismo hipotético com comportamentos que servem como fenômenos cognitivos.

Embora Bickle insista que sua análise é puramente uma descrição assertiva de como a redução opera na prática científica, sem oferecer qualquer metafísica ou epistemologia normativa, ele cria uma imagem da ciência na qual os fenômenos psicológicos são explicados a partir do nível molecular, ignorando quaisquer níveis intermediários. Sendo assim, o autor afirma que é possível explicar todas as propriedades da percepção ou da memória em uma linguagem molecular, sem ter que explicá-las em termos de relações neuronais ou processamento de informação. Neste quadro, todo o trabalho explicativo real será feito no nível molecular, e outros níveis (cérebro, comportamento, sociedade) devem ser considerados heurísticos ou conhecimentos básicos para orientar descobertas ou explicações de nível inferior. Uma vez que essas explicações foram encontradas, não há nada (de valor) a ser explicado por outras teorias, elas tornaram-se explicativamente inertes (Faucher, 2012). As análises comportamentais só valem o esforço na medida em que proporcionam probabilidade, extensão ou duração para correlação dos mecanismos moleculares ou para estabelecer a plausibilidade teórica de um mecanismo molecular proposto em um fenômeno psicológico.

Bickle insiste em que mesmo a mais brutal das reduções exige uma forma de pluralismo, uma multiplicidade de abordagens para ser possível. Mas o que seu trabalho sugere implicitamente é que o acúmulo de conhecimento sobre a mente leva necessariamente a um consenso entre os interessados. Tal empreendimento também aponta que uma descrição completa, verdadeira e não histórica da cognição pode ser

realizada. O sucesso de cada ciência relacionada à mente poderia, assim, ser medida de acordo com o quanto mais nos aproxima desse objetivo.

Em contraponto, consideramos que as pesquisas sobre a cognição se inclinam para a proliferação em vez da convergência e para a produção da diversidade ao invés da unidade. Essa multiplicidade não deriva do desconhecimento daqueles que lidam com a pesquisa. Como mencionado acima, cada novo problema e circunstância investigada define novos contornos metodológicos.

Esta posição, entretanto, não implica um relativismo amplo. Pelo menos não no sentido de que uma crença seja tão boa quanto qualquer outra, nem no sentido de uma flexibilidade interpretativa que considerasse a verdade um termo que pode ter múltiplos significados dependendo das condições sócio-históricas e, portanto, não tem valor de uso. Procuramos uma posição pragmática, assumindo que a verdade não significa uma correspondência unívoca com a realidade. Não podemos dizer muito mais sobre ela além do fato de que ela atende aos nossos critérios e processos de justificação (Maturana & Varela, 1987).

Com o conceito de política ontológica, não recorremos a procedimentos que nos levem a uma verdade única e atemporal, mas procuramos questionar como as diferentes proposições científicas podem coexistir sem a necessidade de convertê-las em diferentes pontos de vista de um objeto que permanece único embora subjacente e escondido. O que queremos é sermos capazes de refletir sobre o que cada versão nos permite fazer ou pensar e como cada uma delas pode nos levar a produzir um coletivo mais interessado e responsável.

Interesses Cognitivos e Políticos

Seguimos articulando o conceito de política ontológica proposto por Mol (1999) com conceitos de questões de interesse (Latour, 2005) e modos de atentar (Stengers,

2011) uma vez que, segundo ultima autora, cada prática define uma específica “way of paying due attention; that is, of having thing and situations matter” (p. 59).

Através dessa articulação propomos uma mudança que se afasta da comparação entre teorias (funcionamento e estrutura da cognição) na direção da comparação das práticas que a moldam. Nos referimos a política ontológica como uma metodologia que tem por objetivo explicitar as práticas que definem a cognição. Também nos apropriamos do termo para descrever o modo como nos afastamos dos projetos pluralistas que estabelecem a priori os papéis que cada disciplina pode desempenhar na produção de uma ciência cognitiva homogênea (Bickle, 2008; Hunt, 1999). Com isso, discutimos a coexistência e a multiplicidade de formas e atores que permitem diferentes performances da cognição, não com o objetivo de eliminar controvérsias, mas investindo na possibilidade de novas composições.

A mudança de enfoque de explicações e conceitos para as práticas aqui propostas é análoga ao movimento proposto por Latour (2005, 2007) de questões de fato para questões de interesse. Questões de fato se referem ao engajamento para construir e validar uma correspondência entre uma afirmação e uma situação, esperando que os fatos convertam-se para uma versão única para que qualquer discussão possa ser encerrada, semelhante à redução teórica discutida acima. Questões de interesse se voltam para destacar as controvérsias, a diferenciação e os contrastes, propondo uma discussão das diferenças.

Os fatos estão relacionados ao reconhecimento de objetos com contornos e propriedades bem definidos, determinados por leis de causalidade, verdade, eficiência ou lucratividade, nos quais os responsáveis pela concepção, definição ou produção, como engenheiros, pesquisadores ou gerentes, tornam-se invisíveis. A prática – seja ela científica ou técnica – permanece independente do objeto. A evidência dos objetos que compõem os fatos científicos eventualmente enfrentam efeitos inesperados que são tratados como efeitos externos descritos como impacto. Os fatos científicos são

exteriores ao mundo social do qual fazem parte, em que resultados inesperados – ou até mesmos resultados catastróficos – são experienciados. Entretanto, essas consequências não têm efeito retroativo na definição inicial dos fatos, nos seus contornos ou em sua ontologia. Questões de fato colocam definição e catástrofes em diferentes planos de existência. Se aplicarmos as “regras” descritas por Bickle, uma vez descritos os mecanismos moleculares, o debate está encerrado. Não haverá nenhum impacto sobre a definição do mecanismo caso ocorram novas experiências, sejam elas de pesquisadores – novas medições ou diferentes teorias cognitivas – ou em sujeitos – um trauma, um contato com uma nova tecnologia. Se alguma nova teoria cognitiva for desenvolvida, deve-se levar em conta o que já foi definido no sistema molecular ou será considerada menos científica, até mesmo irreal em certa medida. Quando nos voltamos para as questões de interesse, os objetos não têm mais uma essência precisa e não há separação entre um núcleo duro e o que o rodeia. Nas palavras de Latour: “Uma questão de interesse é o que acontece com uma questão de fato quando você adiciona a ela toda a sua cenografia, deslocando sua atenção do palco para toda a maquinaria de um teatro” (2008, p. 39). De acordo com Latour, devemos considerar a combinação de cada um destes fatos com seus líderes – sempre complicados, controversos, entrelaçados e envolvidos – com seus laboratórios, oficinas e instrumentos. Os responsáveis também fazem parte das definições e da existência desses objetos de interesse. Sendo assim, os resultados científicos não são precisamente uma questão de impacto, como se as declarações científicas surgissem “do nada” proveniente de um mundo que não é delas. Os objetos de interesse, ao contrário de fatos puros, têm numerosas conexões. Como tentáculos, essas conexões ligam os objetos de várias maneiras a outros seres tão imprecisos quanto eles mesmos e, conseqüentemente, não abrangem um mundo diferente. Em vez de simplesmente estarem lá, sempre existentes, as questões de interesse distinguem-se, elas movem-se em todas as direções, transbordando suas fronteiras,

incluindo gradualmente novos elementos. Para existirem, elas têm que ser desejadas, apreciadas, experienciadas, preparadas e postas à prova. E, o mais importante, não podemos desvincular as definições, esperadas ou não, das consequências que podem ser desencadeadas em longo prazo. Consideramos a performance dos objetos a fim de vincular sua ontologia e seus efeitos inesperados. A comparação entre versões nos permite redefinir as próprias versões incluídas na comparação.

Recorremos às questões de interesse para explicar a maneira como compreendemos a comparação, propomos incluir não apenas os resultados científicos, tais como medidas comportamentais e ativação cerebral, mas também as instituições, práticas sociais e performances. Ao contrário de Bickel, que também propõe que olhemos para as práticas científicas, mas que reserva seu pluralismo para uma combinação de efeitos que permitem uma descrição de nível inferior, investimos na ideia de que a melhor maneira de decidir o que fazer é ouvir tantas sugestões e argumentos quanto possível.

Não se trata de desprezar a capacidade de previsão e de controle possibilitados pela ciência, mas entender que tais capacidades significam habilidades direcionadas a determinados interesses. Podemos ainda permitir que um conceito ou um modelo que regule o funcionamento deste meio ou nossa ação e ainda pode valer a pena lutar por esse conceito ou modelo, mesmo estando conscientes de que esses modelos são gerados por nada mais profundo do que circunstâncias históricas contingentes.

Optamos por tomar como ponto de partida questões de interesse na relação entre prática científica e objetividade, uma vez que não estamos interessados em medir as práticas científicas a partir de um conjunto de categorias transcendentais, nem temos a prerrogativa, como faz Bickle, de decidir quais questões são adequadas para cada ciência. Nossa posição é similar à de um analista político que não pode reivindicar para si mesmo um interesse ou habilidade especial para definir o que é político, assim como não podemos reivindicar a capacidade de delimitar o que é científico.

Aquilo para o que um cientista político atenta é a própria prática política coletiva, uma vez que é uma questão de todos ou, pelo menos, deveria ser. A cada momento ele é precedido por práticas que são explicitamente políticas. Quando em uma situação na qual vários atores colocam questões muito semelhantes, a tarefa do especialista é seguir a história ou outros atores que inventam “o modo como são discutidas e decididas as referências a legitimidade e a autoridade, assim como a divisão dos direitos e dos deveres, e a distinção entre aqueles que têm direito a palavra e os outros” (Stengers, 2002, p. 76). A partir de uma visão metodológica é imprudente confundir a Ciência com a Política, essas práticas não são inteiramente intercambiáveis, mas, ainda assim, elas estão associadas a um problema comum: como reconhecer um representante legítimo? Por quais traços reconhecemos aqueles que querem falar por mais de um ou a teoria que quer representar os fatos?

Os conceitos de política e questões de interesse compartilham a importância de tratar os processos de negociação e composição necessários para qualquer possibilidade de (co)existência. Não podemos confiar na certeza dos fatos puros, nos quais ocorre uma evidente separação entre sujeito e objeto. Precisamos viver com a incerteza das relações cujas consequências (algumas inesperadas) ameaçam constantemente a ordem e os nossos planos de ação. Deste modo, os resultados finais, quando isolados, raramente revelam como a conformidade sobre uma ação foi possível. É seguindo o devido processo (Latour, 2004) que pretendemos nos abster da distinção entre fatos e valores e considerar como as proposições disponíveis podem nos conduzir consistentemente a uma ação conjunta particular.

Política Ontológica

Se considerarmos a proposição de Mol (2002), a ontologia ou a essência é um efeito das associações entre entidades heterogêneas; práticas diversas, como aquelas de um laboratório neurocientífico, de uma clínica psicológica ou de um curso de línguas,

aproximam entidades e, por meio dessas associações diferentes, versões da cognição passam a existir. Esse argumento contrapõe a ideia comum de que a cognição é um ator “natural”, que permite diferentes perspectivas que podem entrar em conflito. Podemos argumentar com Mol (1999, 2002) que a cognição é um ator ativo, performático no desempenho das redes de associação. O que o conceito de performance enfatiza é que a ontologia não é fixa, mas é muitas vezes transitória e fluida: os atores se reúnem, desmontam e constituem novos agenciamentos. A cada agenciamento uma (re)formulação é necessária a fim de (re)negociar o papel que cada ator desempenha na performance e é nesse sentido que podemos dizer que há uma dimensão política constitutiva do trabalho científico sem reduzi-la a jogos de poder. As soluções produzidas a cada negociação podem ser muito diversas mas sempre irão se referir a como definir ou distribuir direitos e prescrever diferentes deveres (Stengers, 2002). Uma abordagem política nos permite criar espaços de discussão no qual o problema da ontologia possa ser rastreado e monitorado. Mesmo que um problema seja solucionado, ele não deixa de existir como aquilo que estabeleceu a gênese dessas soluções, como um horizonte daquilo que surge e acontece aparece, estabelecendo seu significado. Assim como a clássica teoria da redução (Nagel, 1961) ampliou o modelo de estrutura linguística possibilitando relações intercientíficas, incluímos aí a dimensão política, necessária a cada performance, às relações que se estabelecem entre performances. Se o ato de comparação produz a relação, em cada comparação é necessário negociar e distribuir o papel de cada atuação da cognição. Esta negociação não precisa seguir o imperativo da objetividade. Portanto, cada vez que compararmos diferentes performances o objetivo que for estabelecido desempenha um papel importante. No caso do pluralismo de Bickle, sua redução propõe uma uniformidade, uma referência comum a todas as disciplinas cognitivas. Ele submete essas ciências à busca do nível mais baixo de funcionalidade, neste caso em nível molecular – pelo menos até a

biofísica assumir o comando. Esta operação impõe um problema padrão (e, portanto, uma solução padrão) para as ciências cognitivas: o que é cognição a nível molecular? A questão leva a crer que nada realmente existe fora deste nível, pressupõe e impõe o silêncio entre os envolvidos, tornando impossível que qualquer um conteste ou exija atenção. Um poder silenciador que afeta todos os atores envolvidos, exceto as moléculas e o aqueles que podem falar em seu nome. Todas as relações estabelecidas são medidas pela possibilidade de ativar o nível molecular, nenhum outro problema (e, portanto, nenhuma outra solução) é capaz de reivindicar o valor de realidade.

Quando nos movemos do campo das explicações para o campo das práticas, não somos capazes de comparar as ciências a partir da definição de submissão. Como dito, para Stengers (2011) cada prática define-se pela sua maneira específica de prestar a devida atenção; isto é, de produzir modos de atentar que definem coisas e situações importantes. O objetivo é justamente buscar a possibilidade de vivermos juntos com proposições distintas, considerando exigências e obrigações díspares dessas práticas. Recorremos à política cognitiva como uma maneira de considerar a singularidade de cada versão da cognição e ainda permitir que estas compartilhem algo. Em outras palavras, queremos considerar uma relação de heterogeneidade, ou seja, relações com protagonismos heterogêneos sem predeterminar uma hierarquia entre as versões envolvidas ou prever uma pergunta ou uma solução adequada antecipadamente. O tipo de pluralismo que propomos para as ciências cognitivas considerando que cada disciplina promove a cognição de acordo com seus próprios problemas e necessidades, se assemelha ao que Stengers (2002, 2005, 2011) descreve como uma ecologia de práticas. Em termos gerais o elemento central para a ideia de ecologia é que os naturalistas não podem definir o que é importante para cada um dos atores envolvidos. Eles têm que considerar especificamente como os comportamentos, os hábitos, as necessidades e as principais preocupações afirmam-

se positivamente. As Ecologias/políticas como questões de interesse não pretendem dissociar as práticas científicas da maneira como cada uma delas define o seu meio, incluindo outras práticas.

À medida que nos esforçamos para uma heterogeneidade relacional, devemos considerar a redução implacável como uma configuração possível de relação. Como mencionamos acima, Bickel sugere que uma objetividade materialista deve ser aplicada a todas as ciências interessadas na cognição. A cognição molecular e celular submete outras disciplinas aos seus interesses. Essa situação poderia ser tratada como uma relação predador/presa (Stengers, 2011). Como o CMC tem conexões mais fortes com o materialismo, definirá outros como potenciais presas, ameaçando a existência daqueles que não possuem a objetividade como uma meta.

O uso da palavra ecologia como operador conceitual também nos distancia do ideal de harmonia, boa vontade e paz que outros termos podem sugerir. Não há uma posição neutra a partir da qual poderíamos ter acesso a direitos e deveres, nem existe uma hierarquia transcendente a partir da qual cada entidade teria seu papel designado como parte de um todo harmonioso. A cada vez que atribuímos um padrão para comparação – como a objetividade mencionada no parágrafo anterior – ameaçamos extinguir o que determina e o que importa para cada prática, o que faz seus praticantes agirem, pensarem e/ou resistirem. Nas palavras de Stengers: “Quaisquer que sejam as pretensões de racionalidade ou (boa) governança, as operações comparativas que consentem são descritas como uma catástrofe ecológica” (2011, p. 60).

Considerações finais

Reconhecemos no termo política uma referência à participação ativa em uma comunidade heterogênea, o estabelecimento de coexistência ou associações entre diferentes elementos e a formação do(s) contexto(s) em que tais associações podem

ocorrer. Sob que regulamentos podemos viver? E como esse ou aquele status modula nossa existência? É nossa própria compreensão da política ontológica como a ação de questionar a relação entre múltiplas práticas que coloca em operação a cognição que nos permite refletir sobre os efeitos produzidos e o coletivo convocado por essas práticas, e sob que termos as discutimos. A comparação constrói contrastes que ajudam o pesquisador estabelecer novas conexões e relações entre diferentes práticas. Estas associações, no entanto, têm sempre um caráter experimental, pois estão constantemente sujeitas a possíveis resistências do campo e de seus atores. Assim, consideramos os contrastes que permitem monitorar os processos heterogêneos em diferentes formas de produzir cognição, que incluem diferentes formas de ensinar e de aprender. O pesquisador com interesse intercientífico busca operar com esses contrastes, a fim de extrair material analisável, indicando os efeitos produzidos por eles e assim ser capaz de produzir novas relações entre os atores ou entre versões.

Apostamos em ampliar a reflexão sobre política ontológica com foco nas práticas – metodologias de pesquisa, práticas de produção ou de trabalho, por exemplo –, podendo considerá-las a partir de outros eixos problemáticos advindos das distintas versões. A ampliação da diversidade das versões leva a questionar qual deve ser o ponto de partida para a elaboração dos termos de um acordo de coabitação. A coexistência não indica necessariamente um consenso ou pacificação, mas a possibilidade de agir em conjunto.

Referências

- Araújo, S. (2011). O Materialismo Eliminativo e o Problema Ontológico da Psicologia. *Revista Ética e Filosofia Política*, 14(1), 36-45.
- Baum, C. (2016). Stabilizing cognition: An STS approach to the Sloan Foundation Report. *Theory & Psychology*, 26(6), 773-787.

- Bechtel, W. (1988). *Philosophy of mind. An Overview for Cognitive Science*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.
- Bickle, J. (2008). Real reduction in real neuroscience: Metascience, not philosophy of science (and certainly not metaphysics!). In J. Hohwy, & J. Kallestrup (Eds.), *Being reduced: New essays on reduction, explanation, and causation* (pp. 34-51). Oxford: Oxford University Press.
- Bickle, J. (2012). A Brief History of Neuroscience's Actual Influences on Mind-Brain Reductionism. In S. Gozzano, & C. S. Hill (Eds.), *New Perspectives on Type Identity* (pp. 88-109). Cambridge: Cambridge University Press.
- Bigo, V., & Negru, I. (2008) From fragmentation to ontologically reflexive pluralism. *Journal of Philosophical Economics*, 1(2), 127-150.
- Churchland, P. M., & Churchland, P. S. (1992). Intertheoretic reduction: A neuroscientist's field guide. In Y. Christen, & P. S. Churchland (Eds.), *Neurophilosophy and Alzheimer's Disease* (pp. 18-29). Heidelberg: Springer.
- Edelman, S. (2008) On the nature of minds, or: Truth and consequences. *Journal of Experimental & Theoretical Artificial Intelligence*, 20(3), 181-196.
- Faucher, L. (2012). Unity of science and pluralism: Cognitive neurosciences of racial prejudice as a case study. In J. Torres, O. Pombo, J. Symons, & S. Rahman (Eds.), *Special sciences and the unity of science* (pp. 177-204). Dordrecht: Springer Netherlands.
- Gad, C., & Jensen, C. B. (2010). On the consequences of post-ANT. *Science, Technology & Human Values*, 35(1), 55-80.
- Hunt, E. (1999). What is a theory of thought? In R. J. Sternberg (Ed.). *The nature of cognition* (pp. 3-50). Cambridge, MA: MIT Press.
- Latour, B. (2004). *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP: Edusc.

- Latour, B. (2005). *Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Latour, B. (2007). Turning around politics: A note on Gerard de Vries' paper. *Social Studies of Science*, 37(5), 811-820.
- Latour, B. (2008). *What is the style of matters of concern?: two lectures in empirical Philosophy*. Assen: Koninklijke Van Gorcum.
- Law, J., & Singleton, V. (2005). Object lessons. *Organization*, 12(3), 331-355.
- Maturana, H. R., & Varela, F. J. (1987). *The tree of knowledge: The biological roots of human understanding*. Boston: New Science Library/Shambhala Publications.
- Mol, A. (2002). *The body multiple: Ontology in medical practice*. London: Duke University Press.
- Mol, A. (1999). Ontological politics. A word and some questions. *The Sociological Review*, 47(1), 74-89.
- Nagel, E. (1961). *The structure of science*. New York: Hartcourt, Brace and World.
- Stengers, I. (2002). *A invenção das ciências modernas*. São Paulo, SP: Editora 34.
- Stengers, I. (2005). Deleuze and Guattari's last enigmatic message. *ANGELAKI journal of the theoretical humanities*, 10(2), 151-167.
- Stengers, I. (2011). Comparison as a matter of concern. *Common Knowledge*, 17(1), 48-63.
- Sternberg, R. J. (2008). *Psicologia Cognitiva*. 4 ed. Porto Alegre, RS: Artmed.

Declaração do contributo dos autores

O artigo tem por base um capítulo da tese de doutorado de CB, orientada por CM. O capítulo foi redigido em inglês e traduzido para o português por ENM. Foi transformado em artigo por CM e ENM. CB e CM participaram de sua redação inicial e CM e ENK da redação para o formato atual do artigo.

Nota sobre Carlos Baum

Carlos graduou-se em Psicologia em 2009 pela Unisinos. Em 2010 ingressou no Núcleo de Ecologias e Políticas Cognitivas/UFRGS. Concluiu seu mestrado no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional /UFRGS em 2012, com a dissertação intitulada Sobre o videogame e cognição inventiva. Ingressou no doutorado no mesmo programa, tendo realizado um período de seus estudos na University of Groningen, sob orientação do professor Maarten Derksen. Em 2017, defendeu a tese intitulada Políticas cognitivas: negociação e performance entre psicologia e neurociências, iniciando, em seguida, seu pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Informática na Educação da UFRGS. Ao final do mesmo ano, foi aprovado em concurso público para professor do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS, tendo sido nomeado no início de 2018 e sendo o primeiro professor negro do Instituto de Psicologia. Faleceu em novembro de 2018.

Formato de citación

Baum, C., Maraschin, C., & Neres Markuart, E. (2019). Política ontológica como abordagem para as relações intercientíficas. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 9(2), 8-30. doi: <http://dx.doi.org/10.26864/PCS.v9.n2.1>
